

As negociações externas e a situação interna

"Nós estamos todos esperançosos e rezando pelo presidente Tancredo Neves", disse neste fim de semana o presidente do comitê de negociação da dívida externa brasileira, William Rhodes.

De nossa parte, observaríamos apenas que ele tem mais motivos do que pode imaginar para rezar com todo ardor. A imprensa européia chegou a comentar, na semana passada, que uma das causas da queda do dólar nos mercados monetários era a doença do presidente Tancredo Neves. O que não deve ser considerado descabido, uma vez que, sendo o Brasil o maior devedor dos bancos americanos, e estando estes enfrentando problemas no momento — problemas que também têm contribuído para a desvalorização da moeda ianque —, é claro que a saúde do presidente brasileiro e o prazo para que ele assuma a chefia do governo se tornam fatores importantes na avaliação do risco de manter aplicações em bancos norte-americanos e ativos financeiros em dólares.

A viagem do presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, e do diretor de área externa do estabelecimento, Sérgio de Freitas, aos Estados Unidos, assim como a vinda da professora Ana Maria Jul para uma espécie de reconhecimento da Nova República não constituem fatos a serem superestimados. Na verdade, destinam-se a fornecer uma evidência de que as negociações entre o Brasil e seus credores não se interromperam com a mudança de governo ou com a doença do presidente. Nesse sentido, a troca de emissários pode ser tida como um gesto de cortesia, conforme observou o próprio presidente do Banco Central ao qualificar a sua ida aos Estados Unidos. Em termos de acordo formal ou de reinício das negociações com este fim não há muitos elementos com que contar no momento.

Ontem, em entrevista à *Rádio Eldorado*, o ministro do Planejamento, João Sayad, disse que o acordo com os credores é fundamental para a estratégia da nova administração econômica, o que é compreensível, uma vez que ele é que vai determinar a margem de manobra do novo governo, seja no que se refere ao combate à inflação, seja no propósito de retomada do crescimento. É importante, portanto, ter um acordo favorável com os credores, um bom acordo. O que não significa, em absoluto, ter pressa para fazer ou formalizar qualquer acordo.

Creemos que no momento seria até contra-indicado colocar na mesa as cartas de uma negociação concreta, uma vez que a incerteza ainda existente sobre o quadro político definitivo em que a Nova República vai de fato poder operar tenderia a levar os credores a novos arranjos de curtíssimo prazo, quando o que nos interessa, agora, é a delineação de um esquema de médio e longo prazo que nos dê certa segurança de planejamento futuro. Como já está acontecendo no caso do México.

Ao comentar o acordo assinado com aquele país, William Rhodes disse que ele marca o começo do fim do problema da dívida externa dos países em desenvolvimento. Nós não chegamos a partilhar desse otimismo, uma vez que mesmo o acordo com o México está baseado na maciça transferência de recursos reais de um país em desenvolvimento para países avançados e em hipóteses favoráveis de comportamento da economia internacional. Apesar de os pessimistas, que tanto falavam em catástrofes financeiras internacionais, estarem sendo regularmente desmentidos pelos fatos, é preciso não esquecer que a fórmula que vem garantindo tranquilidade para os meios financeiros agrava inexoravelmente o quadro social nos países devedores, e por isso nem pode ser considerada satisfatória, nem asseguradora de estabilidade política a longo prazo.

É verdade, no entanto, e nisso concordamos com Rhodes, que o México superou uma etapa da crise: a etapa da negociação anual e do funcionamento da mão para a boca. O México tem agora um acerto plurianual com seus credores e pode começar a pensar no aprimoramento desse esquema, de um lado, bem como na retomada do seu próprio crescimento interno, de outro. Agora, tudo depende da manutenção das reservas cambiais mexicanas. Se por qualquer motivo — deterioração do comércio internacional ou alta imoderada das taxas de juros — elas começarem a cair, a simples existência de um papel assinado, pelo qual o México se compromete com uma escala progressiva de amortizações durante 14 anos, não valerá nada.

O Brasil também tem como proposta, já encaminhada pelo governo anterior, a amortização em 16 anos de mais ou menos a metade da sua dívida, numa escala progressiva e com taxas de juros que acabaram não ficando exatamente definidas por causa da interrupção das negociações. Mas mesmo que venhamos a ter o mais estável e sólido governo democrático quando Tancredo Neves se recuperar completamente, com tudo correndo no melhor dos mundos no terreno político, não seremos capazes de garantir o sossego dos credores e a sanidade das finanças do País se as premissas de crescimento das exportações e de estabilidade dos juros não forem preservadas.

Não sabemos até que ponto a atual equipe econômica teria condições de obter uma extensão do acordo provisório que nos garante até 31 de maio próximo a "rolagem" das amortizações que estão vencendo, que, aliás, neste período, não são muito grandes. Achamos, todavia, que seria conveniente pensar no assunto, uma vez que a boa negociação, isto é, aquela que todos desejamos construtiva e tranquilizadora, exigiria sem dúvida que o presidente Tancredo Neves não apenas tivesse assumido, mas já se mostrasse ativo no poder. Todos os ministros da área econômica estão, neste momento, um tanto desamparados. Dispõem de uma certa orientação estratégica, firmada nos primeiros discursos e pronunciamentos de Tancredo, mas não do respaldo tático que só o presidente eleito é capaz de lhes dar no dia-a-dia e menos ainda de autoridade para fechar negócios definitivos em nome da Nação.

O momento, portanto, além de exigir paciência, deve servir para que nos preparemos para encetar uma negociação construtiva, pondo ordem na casa, nas finanças internas, a fim de que ela não seja impedida por desentendimentos com o FMI.